



LEI Nº 11.997, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRORREGIÃO DO TRIÂNGULO DO NORTE – CISTRI, RATIFICA A SUBSCRIÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL,

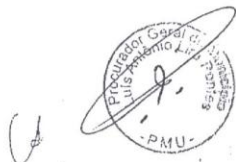
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a participação do Município de Uberlândia no Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Norte – CISTRI, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 2º Fica o Município de Uberlândia, autorizado a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Norte – CISTRI e, portanto, fica ratificada a subscrição realizada pelo Município de Uberlândia no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Norte – CISTRI.

§ 1º A autorização de que trata esta Lei somente admite a participação do Município de Uberlândia no Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Norte – CISTRI constituído sob a forma de associação pública.

§ 2º A autorização prevista nesta Lei dispensa a ratificação, por novo texto legal, de protocolos de intenções a serem firmados pelo





Município de Uberlândia para a constituição de consórcios públicos, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 3º O protocolo de intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Norte – CISTRI deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo para conhecimento e publicado no Diário Oficial do Município ou, na sua impossibilidade, na *internet*, ou na imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, quando se converterá em contrato de consórcio público.

§ 4º A publicação referida no parágrafo anterior poderá ser efetuada de forma resumida, desde que indique o endereço eletrônico no qual seja disponibilizado o texto integral.

Art. 3º Todo contrato de rateio firmado pelo Município de Uberlândia será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência ficará limitado ao prazo de vigência das dotações que o suportam.

Parágrafo único. A regra disposta no *caput* deste artigo não se aplica aos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou à gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

Art. 4º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para atendimento de despesas genéricas.

Art. 5º O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Norte – CISTRI, com personalidade jurídica de direito público interno, criado sob a forma de associação pública e natureza autárquica integrará a Administração Pública Indireta do Município de Uberlândia, nos termos do inc. I, do *caput*, e do § 1º, ambos do art. 6º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.





Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por meio de Decreto, no que couber.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 10.302.1006.2923-09.001.

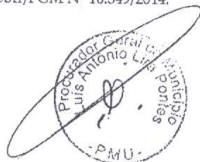
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 28 de outubro de 2014.


Gilmar Machado
Prefeito

Autor do Projeto: PREFEITO GILMAR MACHADO
MTAS/bbfr/PGM Nº 10.549/2014.





PUBLICADO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

4514

28/10/2014